

Federação do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo de Santa Catarina

PEIC

Pesquisa de Endividamento e
Inadimplência do Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos
Fecomércio SC
Junho de 2021

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	1
ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO	2
ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO	7
ANÁLISE NAS CIDADES	8
METODOLOGIA.....	14

SUMÁRIO EXECUTIVO

No encerramento do primeiro semestre de 2021, o número de famílias endividadas em Santa Catarina atingiu o maior nível do ano, ao situar-se em 45,6% em junho. Esse resultado pode ser analisado em dois cenários distintos. Por um lado, ocorre uma ampliação na dificuldade das famílias em saldar as contas, reforçado pela ampliação no grupo de famílias que se encontram no nível de endividamento “Mais ou menos endividado” e pelo aumento na dívida com cartão de crédito e empréstimos consignados, modalidades associadas ao consumo imediato e de curto prazo. Nesse sentido, as famílias catarinenses estão reforçando a renda por meio do crédito extra, assim, ampliando o nível de endividamento. O fato que pode estar afetando a renda das famílias é a aceleração dos níveis de preços, especialmente, nos itens das principais despesas das famílias, como a alimentação no domicílio e a energia elétrica residencial, que acumula alta em 12 meses de 15,43% e 11,63%, respectivamente.

De outro lado, houve ampliação do endividamento em virtude do consumo de bens duráveis mediante o financiamento de carro e casa. Apesar da ampliação da taxa Selic no ano, passando de 2% para 4,25% ao, que resulta no aumento do custo de captação das instituições financeiras, que tendem a repassar aos consumidores, as taxas de juros de mercado levam um período mais longo para se adaptarem ao novo cenário, por isso, os consumidores podem estar adiantando o consumo desses itens para evitar taxas de juros maiores. Ainda, a pandemia elevou o tempo de comprometido com o endividamento em cerca de um mês. Além disso, a parcela de renda comprometida dos entrevistados renovou a máxima histórica ao atingir 33% da renda média das famílias, ainda o comprometimento da renda acima dos 50% permanece em movimento de alta e alcança o maior da série histórica comparado a igual período dos anos anteriores.

No campo da inadimplência, a taxa retraiu na passagem do mês e encerrou o primeiro semestre em 9,96%. A parcela das famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso – e que, portanto, permanecerão inadimplentes também reduziu e alcançou 3,1%. A melhora dessas percepções pode ser atribuída à medida de manutenção de emprego e renda, o auxílio emergencial e as ações do sistema financeiro. Em relatório de estabilidade financeira, divulgado pelo Banco Central do Brasil, indica que as instituições financeiras estão controlando a inadimplência com base em “massivas campanhas de prorrogação e renegociação de dívidas e pela maior seletividade nas novas operações”.

Esses elementos apontam para uma possível deterioração futura das capacidades de pagamento e da dinâmica de endividamento no estado, apesar dos resultados positivos que são constatados em relação ao emprego formal e retomada da atividade econômica, outras variáveis macroeconômicas, como a inflação, aumento das taxas juros, perda de poder aquisitivo e maiores incertezas enfrentadas pelos consumidores podem vir a pressionar negativamente o perfil do endividamento no estado.

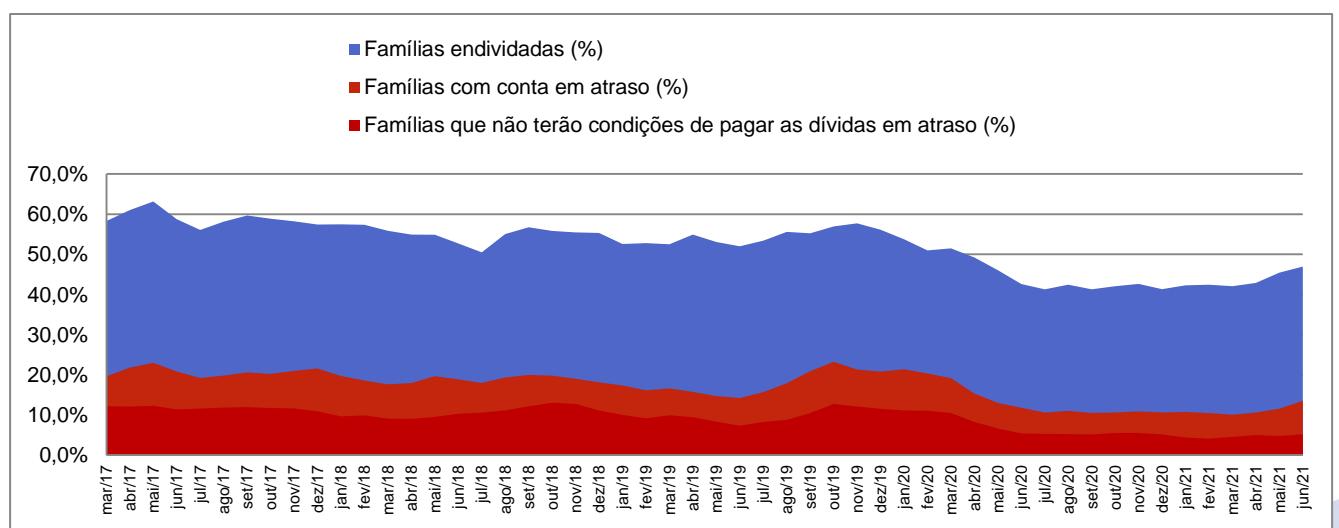
Primeiro semestre encerra com ampliação das famílias endividadas em Santa Catarina

Situação da família	Síntese dos resultados				
	Meses				
	jun/20	jan/21	mar/21	mai/21	jun/21
Total de endividadas	42,6%	42,3%	42,1%	45,4%	45,6%
Dívidas ou contas em atraso	11,8%	10,7%	10,1%	11,6%	9,9%
Não terão condições de pagar	5,4%	4,4%	4,6%	4,8%	3,1%

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

No encerramento do primeiro semestre de 2021, o número de famílias endividadas em Santa Catarina atingiu o maior nível do ano, ao situar-se em 45,6% em junho. Na passagem do mês, o índice permaneceu estável, mas comparando ao início do ano, o crescimento foi de 3,3 pontos percentuais. Esse valor é similar à média de famílias endividadas (45,4%) registrada no exercício de 2020 inferior e superior em relação ao igual período do ano anterior (42,6%). Em movimento oposto e após atingir pico do ano no mês anterior, houve redução das famílias inadimplentes, passando de 11,57% para 9,94% na passagem do mês. Já as famílias que não têm condições de pagar suas dívidas em atraso, depois de interromper o movimento de alta que ocorria desde fevereiro do ano no mês anterior, permanece com tendência de queda pelo segundo mês consecutivo, ao situar-se em 3,12%.

Síntese dos resultados desde fevereiro de 2017



Em relação às faixas de renda, para as famílias com renda de até 10 salários mínimos (SM), o percentual das que se encontram endividadas renovou a máxima do ano, e segue tendência de alta desde dezembro de 2020 (41,77%), com aumento 5,69 p.p frente aquele período, encerrando junho em 47,46%. Já para as famílias com renda acima de 10 SM, a proporção do endividamento chegou a 36,79% no mês, diminuição de 0,97 p.p na passagem mensal, queda pelo segundo mês consecutivo.

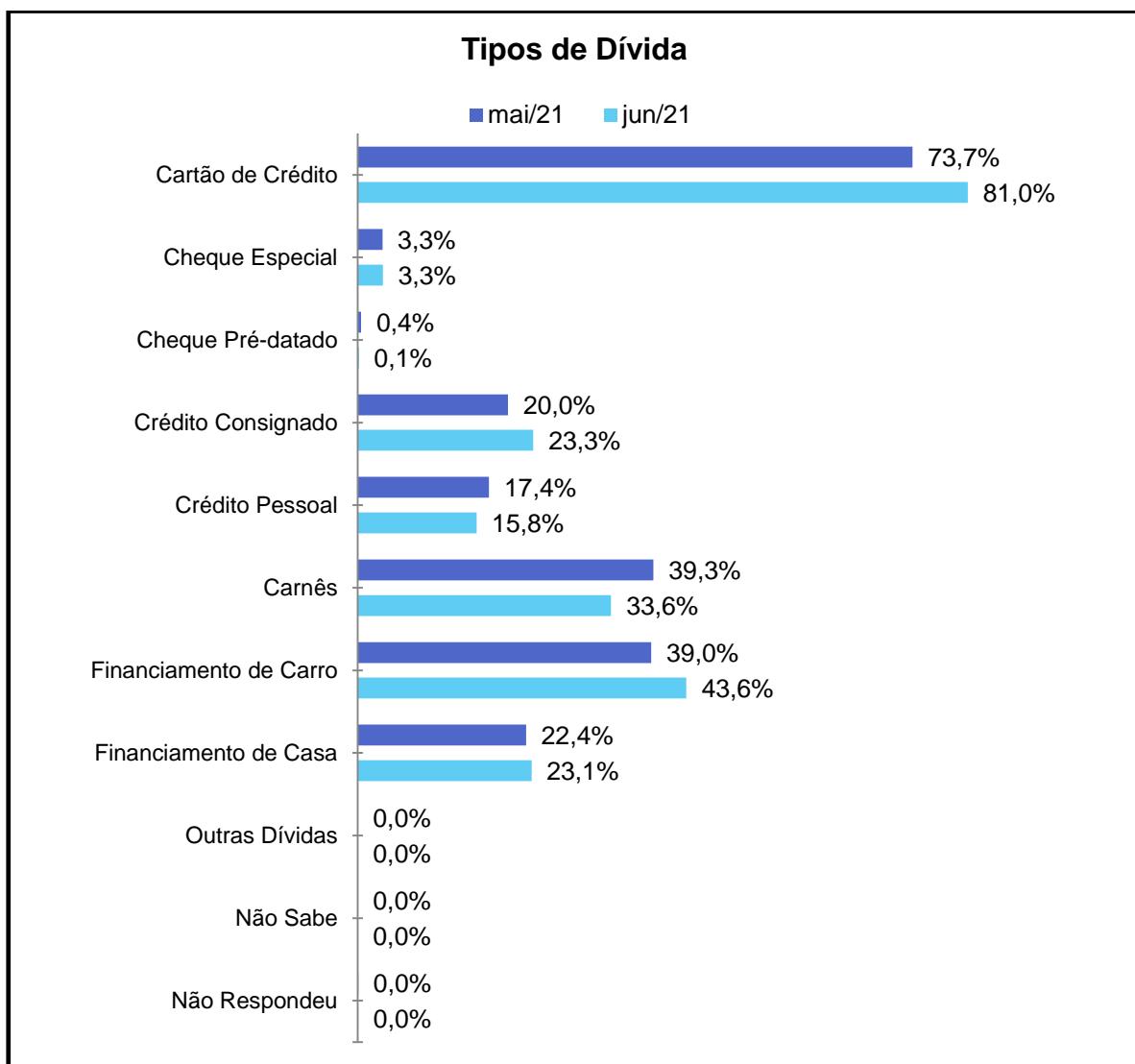
O endividamento não pode ser avaliado como algo necessariamente negativo, pois se deve entender que qualquer tipo de compromisso financeiro acordado para o futuro é considerado uma dívida. Portanto, o endividamento das famílias também expressa o aquecimento do consumo e as condições financeiras da economia em relação ao crédito, através de intrincadas relações com variáveis de renda, emprego, poupança e crescimento econômico presente e esperado, ao que se deve comparar o perfil do endividamento para entender sua relação com a demanda e as capacidades de pagamento.

Percepção do nível de endividamento					
Categoria	jun/20	jan/21	mar/21	mai/21	jun/21
Muito endividado	5,7%	6,5%	6,2%	7,0%	6,0%
Mais ou menos endividado	20,8%	21,6%	22,0%	24,5%	24,7%
Pouco endividado	16,1%	14,3%	13,9%	14,0%	14,9%
Não tem dívidas desse tipo	57,2%	57,7%	57,9%	54,5%	54,4%
Não sabe	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

A percepção do nível de endividamento é essencial na análise da pesquisa, pois propicia informações sobre como as famílias observam suas dívidas e pode indicar a capacidade de pagá-las. O grupo de famílias mais ou menos endividadas, tem movimento de crescimento desde de dezembro de 2020, e renovou o maior nível do ano ao atingir 24,69% dos entrevistados. A concentração de famílias nesse nível pode ser reflexo diminuição do grupo de famílias que estavam “muito endividadas” na passagem do mês de 1 p.p, passando de 6,97% para 5,97% em junho. Além disso, indica uma possível ampliação da dificuldade dos consumidores em saldar suas dívidas, reforçando a ampliação das famílias endividadas. As famílias que indicam pouco endividamento apresentaram acréscimo em relação ao mês anterior e alcançaram o maior nível do ano, ao situar-se em 14,9% das famílias pesquisadas.

Em relação aos tipos de dívida dos catarinenses, o cartão de crédito continua sendo o principal agente do endividamento dos consumidores, inclusive

em junho, atingiu o pico da série histórica iniciada em 2013, com 81,0% dos entrevistados citando essa modalidade, acréscimo de 7,3 p.p na passagem do mês. Esse é um sinal de alerta ao orçamento das famílias catarinenses, sobretudo, pela magnitude da taxa média do cartão de crédito rotativo e parcelado, que alcançou em abril o patamar de 335,25% a.a e 165,65 a.a, respectivamente. Ao comparar o grupo de renda, o cartão de crédito também é o principal tipo de dívida. Para ambas as faixas de rendas houve crescimento frente ao mês anterior, com destaque para a evolução de 19,4 p.p no grupo de faixa maior (86,9%) e leve aumento de 3,7 p.p na faixa menor (79%). Ainda, em movimento positivo no mês de 3,4 p.p o crédito consignado representou 23,3% dos entrevistados. Nesse sentido, as famílias catarinenses estão reforçando a renda por meio do crédito extra, assim, ampliando o nível de endividamento. O fato que pode estar afetando a renda das famílias é a aceleração dos níveis de preços, especialmente, nos itens das principais despesas da famílias, como a alimentação no domicílio e a energia elétrica residencial que acumula alta em 12 meses de 15,43% e 11,63%, respectivamente.



Obs.: Respostas múltiplas. Soma pode ser maior que 100%.

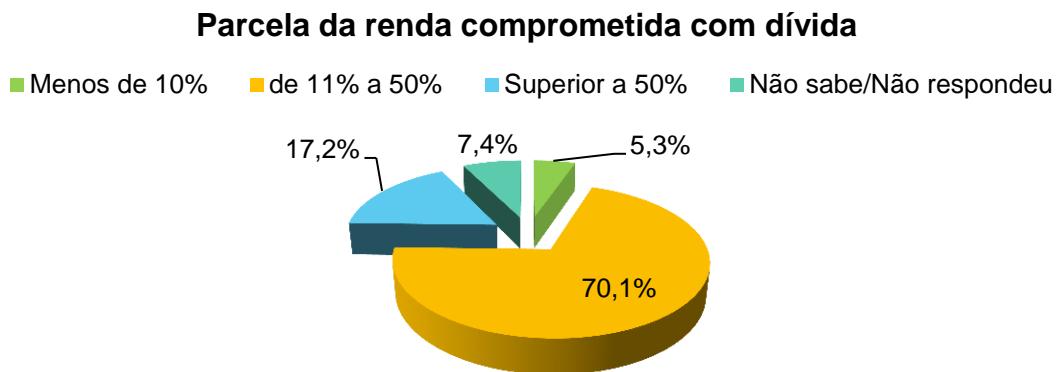
Com maior liquidez e juros relativamente baixos, o financiamento de carros também apresentou crescimento em maio de 4,7 p.p., enquanto o financiamento de casa aumentou em 0,7 p.p. Apesar da ampliação da taxa Selic no ano, passando de 2% para 4,25%, resultando no aumento do custo de captação das instituições financeiras que tendem a repassar aos consumidores, as taxas de juros de cobradas pelos bancos levam um período mais longo para se adaptar ao novo cenário, por isso, os consumidores podem estar adiantando o consumo para esses itens para evitar taxas de juros maiores. A taxa média de juros das operações de crédito para pessoas físicas no Financiamento imobiliário alcança em média entre janeiro e abril de 2021, 7,6% ao ano, valor inferior aos resultados médios de 2020 (7,8%) e 2019 (9,0%). Enquanto, a taxa média de juros das operações de crédito de pessoas físicas na aquisição de veículos apresentou elevação no ano comparada à média de 2020, passando de

19,3% para 20,7%. O Cheque pré-datado, Cheque especial e Outras Dívidas continuam sendo as fontes menos usadas.

O tempo de comprometimento permanece acima dos patamares do pré-crise (Jan/20 foi de 9,1 e Fev./20 foi de 9,0), ao situar-se 10,1 meses em média em junho, resultado similar ao mês anterior. Portanto, a crise elevou o tempo médio de comprometimento em cerca de 1 mês, o que está relacionado à liquidação do endividamento de mais curto prazo e a ampliação do endividamento em médio e longo prazo. Após atingir a máxima histórica em maio (69,4%), desde março de 2013, o comprometimento acima de 1 ano representou em junho 68,3% e permanece sendo o perfil da maioria dos entrevistados, inclusive para ambas as faixas de renda.

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	mai/21			jun/21		
	total - %	total - %	total - %	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %
até 3 meses	9,5%	8,6%	15,6%	10,8%	9,5%	18,4%
entre 3 e 6 meses	5,0%	5,8%	1,4%	4,8%	5,4%	2,2%
entre 6 meses e 1 ano	11,1%	13,0%	5,7%	12,0%	14,3%	5,8%
por mais de um ano	69,4%	67,4%	73,5%	68,3%	66,3%	71,9%
Não sabe / Não respondeu	5,1%	5,2%	3,7%	4,1%	4,7%	1,8%
Tempo médio em meses	10,2	10,2	10,0	10,1	10,1	9,7

A parcela da renda das famílias comprometida com dívidas renovou novamente o patamar máximo, desde o início da série histórica (janeiro de 2013), ao encerrar maio com média de 33%, movimento de alta contínua pelo 7 mês consecutivo. A tendência de crescimento, segundo os entrevistados, alcança também o comprometimento de renda acima de 50%, que cresceu 6,4 p.p entre janeiro e junho de 2021, passando de 11,2% para 17,23% dos entrevistados. Esse resultado é o maior da série histórica na comparação com igual período anterior e indica maior comprometimento da renda das famílias desde o início da pandemia.



Ainda, 70,1% dos entrevistados indicaram que o comprometimento da renda está na faixa de 11% até 50% da renda, nível equivalente para as faixas de rendas abaixo de 10 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos.

ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO

A taxa de inadimplência, que representa a porcentagem de famílias com contas em atraso, interrompeu o movimento de alta que ocorria desde março de 2021, e retrocedeu para 9,94% no encerramento do primeiro semestre de 2021, diminuição de 1,63 p.p na passagem do mês. Esse valor é menor que a média do segundo semestre (10,7%) e à média do primeiro semestre (16,8%) do ano de 2020. Além disso, na comparação com igual período dos anos anteriores, o índice alcança o menor nível de famílias inadimplentes desde o inicio da série histórica. As famílias com renda de até 10 salários mínimos sofrem impacto maior quanto à inadimplência, chegando ao total de 12,1% dos entrevistados desse grupo de renda, enquanto, 3,4% das famílias com renda acima de 10 salários mínimos possuem contas em atraso. Em sentido equivalente, houve redução de 1,7 p.p das famílias que informam não ter condições de pagar suas dívidas, passando de 4,8% para 3,1%.

Condições de pagamento da dívida em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	mai/21			jun/21		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
sim, totalmente	28,2%	26,1%	36,8%	42,7%	34,2%	73,8%
sim, em parte	29,0%	33,7%	18,3%	22,4%	26,5%	12,6%
não terá condições de pagar	41,1%	38,4%	45,0%	31,4%	35,6%	13,7%
não sabe	1,7%	1,8%	0,0%	3,5%	3,6%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Não terão condição de pagar (Dentre o total de famílias)	4,8%	5,2%	2,4%	3,1%	4,3%	0,5%
---	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Ainda dentre as famílias inadimplentes, 31,4% delas indicaram não ter condições de pagamento, nível menor que o indicador do início de 2021, onde 40,9% das famílias afirmam essa condição. Nesse mês, a maioria dos entrevistados (42,7%) afirmaram que têm total condições de pagar as dívidas em atraso, tendência diferente da apresentada no mês anterior, onde a maioria das famílias indicaram não ter condições de pagamento das dívidas.

Outra alteração considerável no perfil das contas em atraso dos catarinenses se refere ao tempo do pagamento em atraso, que apresentou durante a crise uma melhoria significativa nos prazos relacionados ao pagamento das contas em atraso, à média se reduziu de 69,4 dias em março de 2020 para 48,9 dias em junho de 2021. Nesse mês a média de que as famílias levam para pagar as dívidas em atraso, voltou a reduzir em 6,6 dias comparado ao mês anterior.

Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	mai/21			jun/21		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
até 30 dias	34,9%	35,3%	32,2%	44,1%	38,0%	61,2%
de 30 a 90 dias	27,5%	31,0%	17,4%	25,7%	29,8%	12,6%
acima de 90 dias	37,4%	33,5%	50,4%	29,4%	31,1%	26,2%
Não sabe / Não respondeu	0,1%	0,2%	0,0%	0,8%	1,0%	0,0%
Tempo médio em dias	55,5	54,1	60,6	48,9	52,1	40,3

Existe uma diferença considerável na dinâmica entre as faixas de renda, de maneira que tempo médio de atraso ocorreu de forma menos intensa nas faixas acima de 10 SM (40,3 dias), enquanto, para as faixas de até 10 SM o tempo médio situa-se em 52,1 dias.

ANÁLISE NAS CIDADES

A variação no número de famílias endividadas, assim como das famílias inadimplentes, não se expressou de maneira homogênea nas cidades pesquisadas. O viés de aumento no endividamento observada ao nível estadual

se observou nas cidades de Joinville (+1,4 p.p) e Florianópolis (0,4 p.p), enquanto Blumenau (-1,7 p.p) e Chapecó (-0,1 p.p) obtiveram movimento inverso, com diminuição das famílias endividadas.

Situação das Famílias	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Total de endividadas	42,2%	40,9%	44,2%	52,1%
Dívidas ou contas em atraso	7,5%	5,5%	9,1%	15,8%
Não terão condições de pagar	1,1%	1,5%	3,5%	6,2%

Já a inadimplência em junho apresentou diminuição em todas as cidades pesquisadas, com destaque para o queda em Chapecó e Joinville de 2,3 p.p e 2,0 p.p respectivamente. Nota-se que o município de Joinville interrompeu o movimento de alta da taxa de inadimplência que permanecia desde fevereiro do ano corrente. Ainda, Florianópolis permanece sendo a cidade com maior índice de inadimplência (15,8%) dentre os municípios pesquisados. Esse movimento de redução também foi apresentado para as famílias que não teriam condições de pagar suas dívidas nas quatro cidades pesquisadas, sobretudo para a cidade de Blumenau que apresentou queda de 2,5 p.p e passou a ser o ente local com o menor nível de famílias sem condições de pagar as dívidas.

Nível de endividamento	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Muito endividadas	5,8%	4,1%	5,4%	7,6%
Mais ou menos endividado	28,4%	32,5%	30,7%	11,0%
Pouco endividado	8,0%	4,3%	8,1%	33,5%
Não tem dívidas desse tipo	57,8%	59,1%	55,8%	47,9%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Em relação a percepção de endividamento, observa-se em junho também movimentos variados entre as cidades. Entretanto, ao analisar a composição dos grupos do nível de endividamento, observa-se concentração das famílias na faixa “mais ou menos endividadas” nas cidades pesquisadas entre 28% e 32% exceto em Florianópolis que o grupo diminuiu para 11%. Além disso, na passagem do mês, todas as quatro cidades tiveram queda no nível “muito endividadas”, sobretudo, em Blumenau (-1,5 p.p) e Florianópolis (-1,2 p.p).

Em relação à alteração dos tipos de dívida, as cidades analisadas também apresentaram significativas diferenças em suas dinâmicas de endividamento. Mas, em nível geral, o cartão de crédito permanece sendo o tipo

de dívida mais citado pelos entrevistados em todas as cidades. Ainda, e em movimento equivalente ao nível estadual, em junho todas as cidades ampliaram as dívidas no cartão de crédito na passagem do mês, com destaque para forte elevação de Blumenau (+7,8 p.p) e Joinville (+7,2 p.p). Esse mesmo resultado é apresentado no movimento relacionado ao crédito consignado e no financiamento de carro, com ampliação frente ao mês anterior em todas as cidades pesquisadas. Quanto ao financiamento de casa, que avançou em nível Estadual, teve resultados distintos nas cidades, com acréscimos na cidade de Blumenau (+ 2,9 p.p) e Joinville (+ 0,4 p.p) e quedas em Chapecó (-0,4 p.p) e Florianópolis (-0,3 p.p).

Tipo de dívida	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Cartão de crédito	86,18%	70,20%	81,43%	80,93%
Cheque especial	2,42%	1,23%	4,82%	3,29%
Cheque pré-datado	0,00%	0,00%	0,00%	0,49%
Crédito consignado	22,79%	41,82%	29,35%	8,64%
Crédito pessoal	21,55%	11,83%	24,01%	2,99%
Carnês	32,57%	34,72%	38,37%	28,58%
Financiamento de carro	57,56%	64,33%	48,70%	16,82%
Financiamento de casa	25,95%	26,11%	26,92%	14,82%
Outras dívidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não sabe	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não respondeu	0,00%	0,00%	0,00%	0,16%

Obs.: Respostas múltiplas – soma podem ser maior que 100%

No que diz respeito ao tempo de comprometimento com as dívidas em todos os municípios a resposta preponderante é “dívidas por mais de um ano” e na passagem para janeiro isso deixou de ser aplicável para o caso de Florianópolis, onde as dívidas de curto prazo (até 3 meses, 32,7%) tornaram-se a resposta mais citada, situação que se reverteu em abril e permanece em maio, retomando a predominância das dívidas de longo prazo (acima de 1 ano, 37,73%). Vale destacar que Florianópolis diverge das demais cidades ao apresentar certa distribuição das dívidas na escala do período da pesquisa. Ainda, as dívidas acima de um ano seguem movimento de crescimento nas cidades, com destaque para a elevação de 3,7 p.p em Chapecó e 1,6 p.p em Joinville, exceto para Blumenau que apresentou queda de 7,6 p.p na passagem do mês. O tempo médio de comprometimento permaneceu estável nos últimos três meses de 2021, ao situar-se em média de 11 meses para as cidades pesquisadas, salvo Florianópolis, onde o tempo médio de comprometimento é de 7 meses.

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 3 meses	3,51%	0,00%	2,29%	31,72%
Entre 3 e 6 meses	0,00%	1,23%	0,92%	14,89%
Entre 6 meses e 1 ano	17,76%	2,46%	8,33%	15,66%
Por mais de um ano	77,12%	89,40%	80,13%	37,73%
Não sabe / Não respondeu	1,61%	6,91%	8,33%	0,00%
Tempo médio em meses	11,1	11,8	11,4	7,1

A desagregação dos dados relacionados à inadimplência demonstra movimentos divergentes por cidade. Mas, observa-se que o tempo médio em dias de atraso reduziu em todas as cidades pesquisadas, especialmente em Blumenau com queda de 21 dias. Ainda, Blumenau passou a ser a cidade que apresenta o menor tempo médio de 37,1 dias em atraso. Por outro lado, o maior atraso foi constatado na cidade de Florianópolis, que apesar da queda de 2 dias, alcançou 59,1 dias em média de atraso.

Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 30 dias	63,10%	45,45%	44,00%	27,47%
De 30 a 90 dias	18,45%	27,27%	23,25%	33,93%
Acima de 90 dias	18,45%	27,27%	30,81%	38,14%
Não sabe / Não respondeu	0,00%	0,00%	1,94%	0,46%
Tempo médio em dias	37,1	47,7	49,2	59,1

As condições de pagamento das dívidas em atraso se distribuíram de maneira similar entre as cidades analisadas, especialmente, por ocorrer uma concentração das respostas das famílias na condição total de pagamento nas cidades da pesquisa, salvo em Florianópolis, que a maioria dos entrevistados indica que não terão condições de pagar suas dívidas. Vale destacar que todas as cidades apresentaram queda no volume de famílias que não terão condições de pagar as dívidas. Na cidade de Blumenau, onde houve redução de 28 p.p nas famílias que não teriam condições de pagar suas dívidas na passagem do mês, saindo de 42,72% para 14,76%.

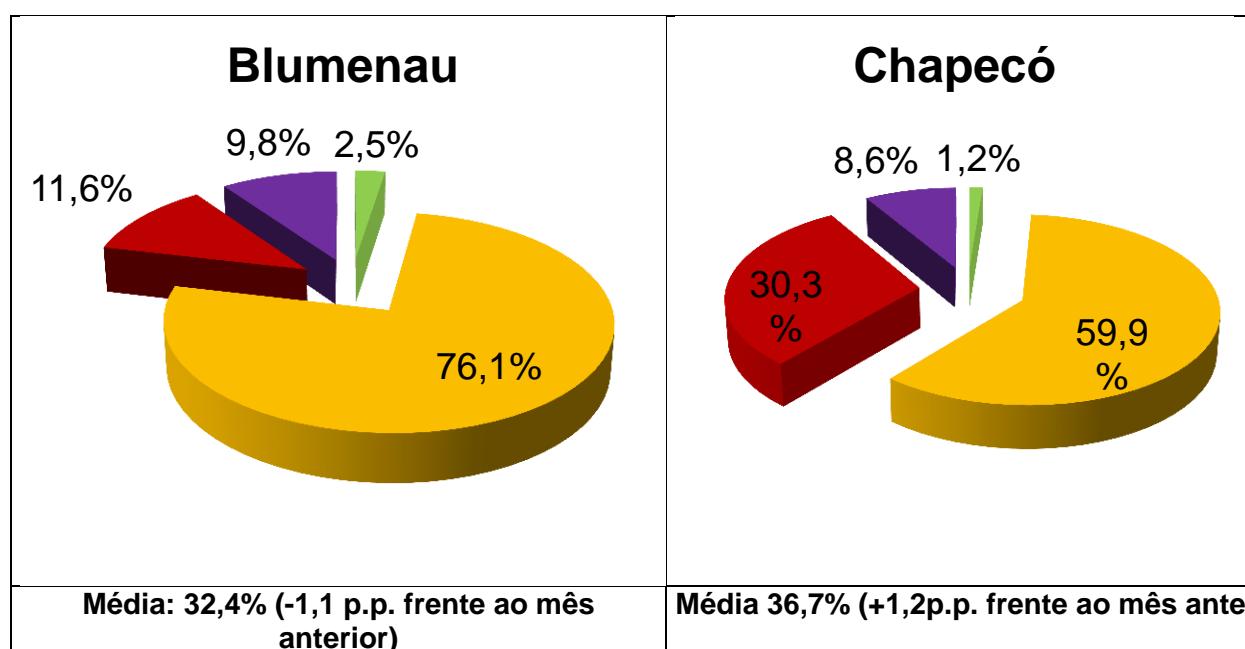
Condições de pagamento das dívidas em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Sim, totalmente	52,03%	45,45%	47,88%	27,52%
Sim, em partes	33,21%	0,00%	13,56%	33,47%

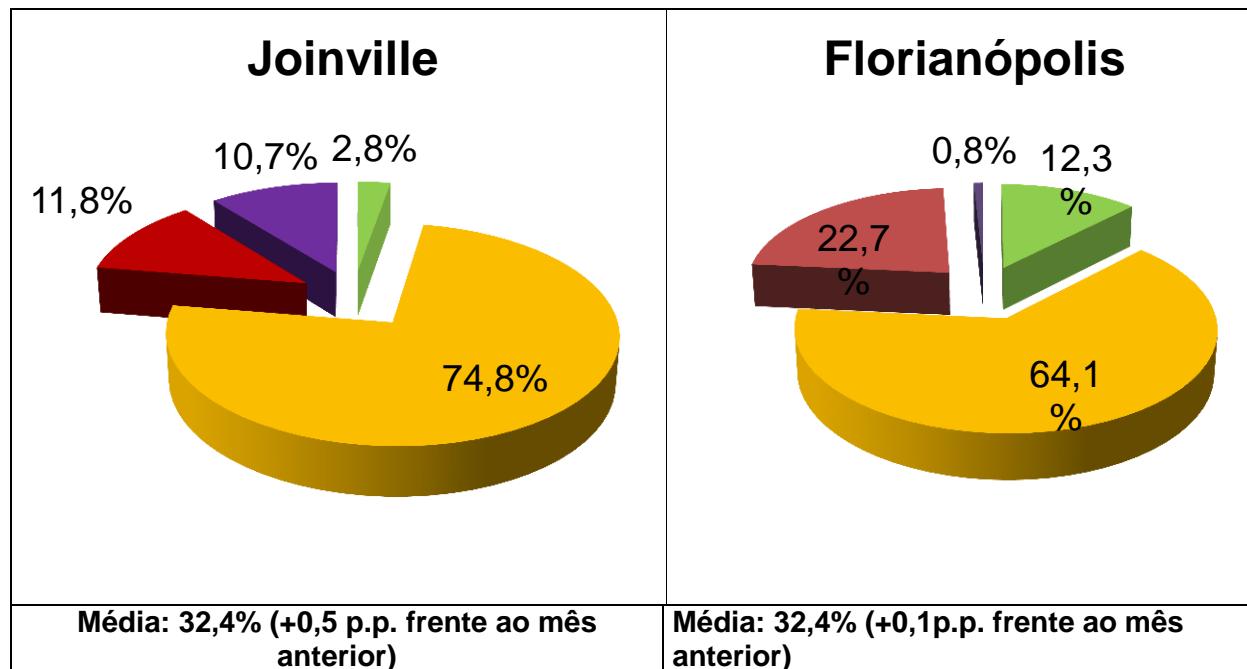
Não terá condições de pagar	14,76%	27,27%	38,56%	39,01%
Não sabe	0,00%	27,27%	0,00%	0,00%
Não respondeu	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

O comprometimento da parcela de renda em Santa Catarina, que foi ampliado em nível estadual, segue movimento positivo em três cidades, com destaque de maior intensidade em Chapecó (+1,2 p.p.) e menor em Florianópolis (+0,1 p.p.). Em movimento oposto a cidade de Blumenau apresentou diminuição de 1,1 p.p. na média de renda comprometida, passando de 33,5% para 32,4% entre maio e junho do ano corrente.

Parcela da renda comprometida com dívidas

■ Menos de 10% ■ de 11% a 50% ■ Superior a 50% ■ Não sabe/Não respondeu





Por fim é importante notar que em todas as cidades analisadas o comprometimento médio da renda se encontra acima dos 30%, além disso, se observa, ainda, o predomínio do comprometimento na faixa de 11% a 50% da renda nas cidades, sendo que o comprometimento superior a 50% é maior em Chapecó (30,3%) e Florianópolis (22,7%), enquanto que a proporção de famílias com comprometimento menor do que 10% também ocorrem em Chapecó (1,2%) seguido por Blumenau (2,5%).

METODOLOGIA

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes nos municípios de Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Joinville com idade superior a 18 anos. Para compor o dado agregado de Santa Catarina os resultados obtidos em cada município foram ponderados de acordo com sua população e dessazonalizados.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d”(erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de no mínimo 500 consumidores, esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras freqüências.

Os principais indicadores da Peic são:

Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.